

Demonstrações Financeiras

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Conselheiros da
Associação Centro de Estudos de Liderança Pública
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Centro de Estudos de Liderança Pública (“Associação” ou “CLP”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Centro de Estudos de Liderança Pública em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração e restrição sobre distribuição

Essa demonstração financeira foi elaborada para auxiliar a administração na análise dos controles internos e dos índices financeiros da Associação. Consequentemente, essa demonstração financeira pode não ser adequada para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para utilização e informação dos membros da administração e do conselho da Associação, e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de julho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Alexandre Aléo
Contador CRC-1SP171687/O-1

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Balço patrimonial - Ativo
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.598	4.833
Aplicações financeiras	5	1.037	1.027
Créditos a receber	6	315	1.023
Outros créditos		24	33
Total do ativo circulante		4.974	6.916
Não circulante			
Imobilizado	7	125	139
Total do ativo não circulante		125	139
Total do ativo		5.099	7.055

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Balço patrimonial – Passivo e patrimônio líquido
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	67	310
Salários e encargos sociais	9	217	208
Obrigações tributárias		75	81
Adiantamento de clientes	11	58	938
Total do passivo circulante		<u>417</u>	<u>1.537</u>
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais		-	-
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	12	4.682	5.518
Total do patrimônio líquido		<u>4.682</u>	<u>5.518</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>5.099</u>	<u>7.055</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2019	2018
Receitas líquidas operacionais	14	10.463	8.808
Custos operacionais	15.1	(8.011)	(7.580)
Superávit bruto		2.452	1.228
Despesas administrativas	15.2	(3.551)	(2.927)
Déficit operacional		(1.099)	(1.699)
Receitas financeiras líquidas	16	263	284
Déficit do exercício		(836)	(1.415)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Déficit do exercício	(836)	(1.415)
Outros resultados abrangentes	-	-
Déficit abrangente do exercício	<u>(836)</u>	<u>(1.415)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Demonstração das mutações patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total do patrimônio social
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.562	5.371	6.933
Déficit do exercício		(1.415)	(1.415)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.562	3.956	5.518
Déficit do exercício		(836)	(836)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.562	3.120	4.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(836)	(1.415)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Rendimentos auferidos s/aplicações Financeiras	(77)	-
PECLD	99	34
Depreciação	42	21
	<u>(772)</u>	<u>(1.360)</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Créditos a receber	609	(860)
Outros créditos	9	(1)
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	(243)	(33)
Salários e encargos sociais	9	67
Obrigações fiscais a recolher	(6)	(9)
Outras obrigações	(880)	937
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(1.274)</u>	<u>(1.259)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de aplicações financeiras	75	-
Aplicação Financeira	(8)	(57)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(28)	(11)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>39</u>	<u>(68)</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.235)</u>	<u>(1.327)</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.833	6.160
No fim do exercício	<u>3.598</u>	<u>4.833</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.235)</u>	<u>(1.327)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O CLP - Liderança Pública é uma organização suprapartidária que engaja a sociedade e desenvolve líderes públicos para enfrentar os problemas mais urgentes do Brasil. Defende há 12 anos um Estado Democrático de Direito eficiente no uso de seus recursos e constituído sobre princípios republicanos.

Seu modelo de atuação é centralizado nas causas defendidas, a partir de um país mais democrático e menos desigual, otimizando a utilização do maior ativo do CLP que é a sua Rede. A principal instalação da Entidade é o imóvel situado na Rua Pamplona, 1005, 1º andar, São Paulo - SP, inaugurado em fevereiro de 2014, que pertence a terceiros.

A organização é financiada a partir de vendas de cursos, palestras e workshops, doações do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas. Além destas fontes de receita, o CLP também arrecada fundos por meio da realização de eventos.

Desde 2008, a organização já ultrapassou a marca de 1.000 cidades impactadas por projetos ou cursos; tem mais de 300 pessoas na rede de líderes, de 24 estados, e de diferentes partidos políticos e setores da administração pública. Seu trabalho já conquistou mudanças importantes para o desenvolvimento do País, como o fim da cláusula de barreira no sistema eleitoral e a aprovação da reforma da Previdência.

A partir de suas iniciativas online o CLP já impactou mais de 3,5 milhões de pessoas com seus conteúdos, e o Ranking de Competitividade dos Estados, uma ferramenta que reúne dados para auxiliar gestores públicos a diagnosticar problemas e elencar prioridades, já é usado por 20 estados.

Todo este impacto é o resultado de uma estratégia em que o CLP identifica os problemas mais urgentes do Brasil e os principais atores e líderes públicos em posição de resolvê-los, desenvolvendo soluções em conjunto através de cursos, eventos, seminários e abordagens individuais para que por meio de indivíduos engajados e bem preparados seja possível a construção de um Estado melhor.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, ITG 2002 (R1), aprovada em 21 de agosto de 2015 bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC; e também pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros

A Associação adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) em 31 de dezembro de 2016, as quais são atualizadas anualmente e utilizadas como base para elaboração das demonstrações financeiras.

b) Aprovação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 23 de junho de 2020 e aprovada pela Administração em 6 de julho de 2020.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

e) Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Em 31 de dezembro de 2019, a Associação não registrou receitas que não estivessem dentro do seu objeto social.

b) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Associação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Associação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Associação tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então esses ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

ii) *Instrumentos financeiros derivativos*

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, incluindo operações de hedge.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3.Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros não derivativos que a Associação possui são: fornecedores e outras obrigações.

c) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas, equipamentos e instalações comerciais	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

f) Passivo circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

g) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal da atividade da Associação, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Fornecedores --Continuação

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

h) Provisões

Reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, em que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i) Benefícios a empregados

A Associação não possui programa de participação dos empregados nos resultados.

j) Patrimônio social

O patrimônio é constituído de recursos aportados pelos associados, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi apurado um déficit patrimonial no montante de R\$ 836 (déficit em 2018 de R\$ 1.415).

k) Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Associação e quando possa ser mensurada de forma confiável.

i) Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da sua natureza de imprevisibilidade.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Receitas-- Continuação

ii) *Serviços*

Os serviços concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final, sendo reconhecido de acordo com o regime de competência.

iii) *Patrocínio*

Os patrocínios recebidos são reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência das campanhas aos quais estão vinculados.

iv) *Receitas com trabalhos voluntários (Gratuidades)*

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

v) *Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras, perdas em aplicações financeiras e variações monetárias passivas.

vi) *Contribuições associativas*

A Associação recebe contribuições para o custeio das despesas e financiamento dos projetos definidos para o exercício, o valor é calculado, definido e aprovado pelos associados em Assembleia Geral Ordinária.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Gerenciamento de riscos financeiros

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 13.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

m) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos apresentados na Nota Explicativa nº 13. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco conta movimento	1	-
Aplicação financeira	3.597	4.833
	<u>3.598</u>	<u>4.833</u>

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicação financeira	<u>1.037</u>	<u>1.027</u>
	<u>1.037</u>	<u>1.027</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as principais aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") remuneradas a taxas que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDIs"), com liquidez imediata e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. O recurso em aplicações financeiras disponíveis para saque e em contas bancárias são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

6. Créditos a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Doações a receber	-	-
Serviços prestados	348	1.057
(-) PECLD	(33)	(34)
	<u>315</u>	<u>1.023</u>

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	229	37
De 31 a 90 dias	31	107
De 91 a 120 dias	15	107
Acima de 120 dias	73	806
	<u>348</u>	<u>1.057</u>

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

	Taxas média de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Outros	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Outros	Saldo em 31/12/2019
Custo										
Máquinas e equipamentos		73	-	-	16	89	-	-	-	89
Móveis e utensílios		71	-	(3)	11	79	6	-	-	85
Computadores e periféricos		113	11	-	4	128	22	-	-	150
Total		257	11	(3)	31	296	28	-	-	324
Depreciação										
Máquinas e equipamentos	10%	(43)	(20)		6	(57)	(10)	-	-	(67)
Móveis e utensílios	10%	(19)	(21)	1	6	(33)	(6)	-	-	(39)
Computadores e periféricos	20%	(45)	(27)		5	(67)	(26)	-	-	(93)
Total		(107)	(68)	1	17	(157)	(42)	-	-	(199)
Total imobilizado		150	(57)	(2)	48	139	(14)	-	-	125

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

8. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cidadis – Inovação, inteligência	-	294
Inteligencia Social Aprendizagem	-	1
JFgranja	15	15
Amil Assistencia Medica Internacional	12	-
Loures Digital Ltda	12	-
P2 Solutuins Consultoria & assessoria Empresarial Eireli	5	-
Casa do Saber Eventos Culturais S.A.	3	-
Outros	20	-
	<u>67</u>	<u>310</u>

9. Salários e encargos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
INSS a pagar	42	37
FGTS a pagar	13	15
PIS s/ folha de pagamento	2	2
Provisão para férias e encargos	160	154
	<u>217</u>	<u>208</u>

10. Partes relacionadas

A Associação não possui transações com partes relacionadas e os membros do Conselho de Administração e Comitê Executivo da Associação não são remunerados, conforme disposto no Estatuto Social e também como determina a Lei nº 12.101/09.

11. Adiantamento de Clientes

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamento de Clientes	25	4
Provisão de Prestação de Serviços e Receitas a Realizar	33	934
	<u>58</u>	<u>938</u>

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio social

A Associação Centro de Estudos de Liderança Pública (“CLP”) foi constituída em 8 de abril de 2008.

O Patrimônio Social é apresentado em valores atualizados e compreende a somatório dos valores de superávit e déficit acumulados.

Os recursos da Associação foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

Em caso de extinção da Associação, que se dará somente por unanimidade dos Membros do Conselho Administrativo, seu patrimônio será destinado à outra entidade de caráter semelhante, sediada em território brasileiro e que atenda aos requisitos das Leis nºs 9.790, de 23.03.1999, e 13.019, de 31.07.2014.

Em 2019 a Associação obteve um déficit no período de R\$836 e o seu patrimônio social ficou em R\$ 4.682 (R\$ 5.518 em 31 de dezembro de 2018).

13. Instrumentos financeiros

13.1. Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.598	4.833
Aplicações Financeiras	5	1.037	1.027
Créditos a receber	6	348	1.057
Outros créditos		24	33
		5.007	6.950

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

13.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Valor Contábil	12 meses ou menos
31 de dezembro de 2019		
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	67	67
Outras obrigações	350	350
	417	417
31 de dezembro de 2018		
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	310	310
Outras obrigações	1.227	1.227
	1.537	1.537

13.3. Risco de mercado

Refere-se ao risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento deste risco é controlar as exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Associação era:

Instrumentos de taxa variável	2019	2018
Aplicações financeiras recursos próprios	1.037	1.027
	1.037	1.027

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

13.3. Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Associação não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data do relatório não afetaria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A Administração considera que as variáveis de risco das taxas de juros, que são atreladas ao CDI e à TR, não apresentam tendência de oscilações relevantes e, portanto, não afetaria significativamente os valores contábeis dos instrumentos financeiros de taxa variável.

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

31 de dezembro de 2019	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.598	-	-	3.598	3.598
Aplicações financeiras	5	1.037	-	-	1.037	1.037
Créditos a receber	6	-	315	-	315	315
Outros créditos		-	20	-	20	20
Fornecedores	8	-	-	(67)	(67)	(67)
Outras obrigações				-		
		4.635	335	(67)	4.903	4.903

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

13.3. Risco de mercado--Continuação

31 de dezembro de 2018	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.833	-	-	4.833	4.833
Aplicações financeiras	5	1.027	-	-	1.027	1.027
Créditos a receber	6	-	1.023	-	1.023	1.023
Outros créditos		-	33	-	33	33
Fornecedores	8	-	-	(310)	(310)	(310)
Outras obrigações				-		
		5.860	1.056	(310)	6.606	6.606

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

Hierarquia de valor justo

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados ou divulgados pelo valor justo foram mensurados utilizando o método de avaliação do nível 2.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

14. Receita líquida

Abaixo apresentamos a conciliação da receita bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Doações	8.543	7.286
Prestação de serviços	2.437	1.968
Patrocínio	-	-
Gratuidades (a)	6	74
Contribuições associativas	-	-
Total receita bruta	<u>10.986</u>	9.328
(-) ISS	(119)	(118)
(-) COFINS	(57)	(83)
(-) ITCMD	(347)	(319)
Total deduções e abatimentos	<u>(523)</u>	(520)
Receita líquida	<u>10.463</u>	<u>8.808</u>

(a) Receita com trabalho voluntário:

Os trabalhos voluntários são mensurados ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas também no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2019, a Associação registrou o montante de R\$ 6 de receitas com voluntários.

Alisson Henrique	2
Arthur Mello	1
Helena de Rezende	1
Pedro Carraro	1
Vinicius Santana	1
Total	<u><u>6</u></u>

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

15.Custos e despesas

15.1 Custos com projetos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(-) Pessoal	(1.367)	(1.101)
(-) Encargos sociais	(327)	(262)
(-) Viagens e representações	(720)	(532)
(-) Serviços profissionais pessoa jurídica	(2.834)	(4.675)
(-) Locação diversas	(78)	(66)
(-) Custos gerais	(2.446)	(849)
(-) Custos financeiros	(26)	(11)
(-) impostos, taxas e contribuições	(8)	(6)
(-) Serviços profissionais pessoa física	(103)	(44)
(-) Depreciações	(3)	-
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(99)	(34)
Total de custos	(8.011)	(7.580)

15.2. Despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(-) Pessoal	(924)	(907)
(-) Encargos sociais	(207)	(206)
(-) Viagens e representações	(61)	(33)
(-) Serviços profissionais pessoa jurídica	(1.597)	(811)
(-) Despesas com locação	(19)	(188)
(-) Despesas com veículos	-	(21)
(-) Despesas gerais e administrativas	(617)	(673)
(-) impostos, taxas e contribuições	(73)	(13)
(-) Serviços profissionais pessoa física	(14)	(54)
(-) Depreciações	(39)	(21)
Total de despesas	(3.551)	(2.927)

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

16. Resultado financeiro líquido

16.1 Receitas financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendimentos de aplicação financeira	269	385
Descontos obtidos	2	-
Juros ativos	4	-
Total de receitas financeiras com projetos	<u>275</u>	<u>385</u>

16.2 Despesas financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros passivos	-	-
Despesas bancárias	(12)	(23)
Descontos concedidos	-	(4)
Outras despesas financeiras	-	(73)
Total de despesas financeiras administrativas	<u>(12)</u>	<u>(100)</u>

Resultado financeiro líquido

<u>263</u>	<u>285</u>
------------	------------

17. Renúncia fiscal

A Associação Centro de Estudos de Liderança Pública (“CLP”) é uma Entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

17. Renúncia Fiscal--Continuação

- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Programas de Integração Social (PIS);
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Associação, não há isenção do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doações (ITCMD), exceto sobre doação menor ou igual a 2.500 UFESPs.

18. Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

19. Cobertura de seguro

Os seguros contratados pela Associação são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos e perdas sobre seus ativos.

20. Eventos subsequentes

A Associação informa que, atendendo às determinações das autoridades competentes, procedeu as medidas cabíveis, não havendo qualquer interrupção dos trabalhos. Desde que teve início a crise do COVID-19 (coronavírus), foi adotado um plano de contingenciamento conduzido por uma equipe multidisciplinar que trabalha pela prevenção, proteção de nossas operações, e, também, para conter a proliferação de forma mais assertiva em caso de confirmação da doença, bem como da continuidade das suas atividades.

Neste momento, dada a incerteza do cenário, não é possível mensurar os impactos econômicos futuros na Associação. A Administração concluiu que não haverá impacto significativo nas atividades da Associação. A Associação segue monitorando o assunto e acompanhando estritamente as recomendações das autoridades de saúde do país e da Organização Mundial de Saúde.
